



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

**PROJETO BÁSICO**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de um curso sobre Fundamentos de Big Data para 1 (um) servidor lotado na DPCRIM/DITEC/PF.

**2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE**

**2.1.** O treinamento em Big Data refere-se a uma nova tecnologia para tratamento de grandes volumes de dados, com uma grande gama de ferramentas baseadas em software livre, seguindo orientação do Governo Federal, e que será de grande utilidade para o desenvolvimento de novos projetos de Gestão do Conhecimento no âmbito da Criminalística.

**2.2.** O desenvolvimento de ferramentas e aplicações em gestão do conhecimento é função da DPCRIM/DITEC/PF por contribuir para o acesso e disseminação do conhecimento no âmbito da Criminalística.

**3. PRINCIPAIS TÓPICOS A SEREM MINISTRADOS**

**3.1.** O curso oferecido deverá abordar os seguintes tópicos:

- Conceitos de Big Data
- Hadoop
- MapReduce
- Spark
- NoSQL
- Pig, Hive e Jaql
- Ferramentas de Big Data

**4. LOCAL DO CURSO**

**4.1.** O curso deverá ser realizado por empresa que ofereça estrutura de ambiente de processamento em nuvem (ambiente *cloud*).

**5. DURAÇÃO DO CURSO**

**5.1.** A carga horária mínima para o curso proposto é de 16 (dezesesseis) horas-aula.

**6. NÚMERO DE PARTICIPANTES**

**6.1.** Participação de um servidor da ARGEC/DPCRIM/DITEC/PF.

**7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**7.1.** As despesas da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados à Diretoria Técnico-Científica no Orçamento Geral da União para o exercício de 2016, sob a seguinte classificação:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

GESTÃO/ UG	
PTRES	
FONTE	
ELEMENTO DE DESPESA	
GESTÃO/UG	
PI	
VALOR TOTAL	

## 8. DO PAGAMENTO

**8.1.** A Diretoria Técnico-Científica/DPF efetuará o pagamento até o 30º (trigésimo) dia útil, contatos a partir do recebimento da documentação fiscal da empresa (Nota Fiscal/Fatura discriminativa) em 02 (duas) vias, atestadas pelo participante do congresso, após recebimento definitivo do serviço. O pagamento se dará mediante Ordem Bancária creditada em conta-corrente indicada pelo adjudicatário, conforme dispõe o Art. 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93, combinado com Art. 73, Inciso II, do mesmo diploma legal;

**8.2.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de prestação dos serviços;

**8.3.** Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado à empresa, para verificação da situação relativa às condições de habilitação exigidas, ou por meio da documentação anexada a fatura relativa aos Incisos III e IV, Art. 29 da Lei n.º 8.666/93;

**8.4.** Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento sustado até que o adjudicatário providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte desta Diretoria;

**8.5.** Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, a DITEC reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção;

**8.6.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

**8.7.** A atualização financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

**9.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA obrigará-se a:

- 9.1.** Manter, no ato da entrega da nota fiscal, todas as condições que ensejaram a sua habilitação, particularmente no que tange à regularidade fiscal.
- 9.2.** Realizar o evento com a máxima qualidade, primando pela qualificação e pontualidade dos palestrantes, boa didática e exposição do tema a ser ministrado.

**10.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A CONTRATANTE obriga-se a:

- 10.1.** Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- 10.2.** Designar um servidor para acompanhar e fiscalizar o serviço objeto deste instrumento;
- 10.3.** Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições da proposta.

**11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a empresa às sanções previstas nas legislações pertinentes, podendo a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

**11.1.1.** Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da empresa, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

**11.1.2.** Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

**11.1.3.** Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

**11.1.4.** Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho no caso de inexecução total;

**11.1.5.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**11.1.6.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**11.2.** No caso de atraso na entrega ou inexecução das obrigações por parte da empresa superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o serviço a ser prestado, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;

**11.3.** No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

**11.4.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela empresa ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

**11.5.** As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela Administração.

**11.6.** As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, a adjudicatária deverá ser descredenciada, por igual período, sem prejuízo das multas previstas nesse Contrato e das demais cominações legais.

**11.7.** A multa aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela administração.

**12. RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO**

**12.1** – O presente “Projeto Básico” foi elaborado pelo abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e, no caso de concordância da aprovação pelo Diretor Técnico-Científico do Departamento de Polícia Federal, integrando o processo administrativo formalizado com vistas à instauração da contratação.

Brasília-DF, 10 de outubro de 2016.

**NORMA RODRIGUES GOMES**  
Perita Criminal Federal  
Responsável pela ARGEC/DPCRIM

De ACORDO, ao Diretor Técnico-Científico para aprovação:

**JOÃO LUIZ MOREIRA DE OLIVEIRA**  
Perito Criminal Federal  
Chefe da Divisão de Pesquisa, Padrões e Dados Criminalísticos

APROVO o Projeto Básico para a contratação do curso de Big Data:

**JOSE JAIR WERMANN**  
Perito Criminal Federal  
Diretor da DITEC/DPF